

# Crítica a agências reguladoras une Poderes

Renan Truffi e Vandson Lima  
De Brasília

Apesar de entrar em rota de colisão com o Palácio do Planalto com frequência, a cúpula do Congresso já articula se alinhar ao presidente Jair Bolsonaro em pelo menos um assunto no início do ano legislativo: as críticas às agências reguladoras. Líderes discutem retomar o debate sobre a Lei das Agências, aprovada há menos de um ano, para garantir que esses órgãos não "continuem a extrapolar suas funções".

A avaliação dos parlamentares é que a sanção do chamado marco civil das agências reguladoras, em junho de 2019, não produziu o efeito esperado. O diagnóstico leva em conta, principalmente, os vetos impostos pelo presidente Jair Bolsonaro ao texto.

Na ocasião, Bolsonaro justificou o veto a um dispositivo que institua lista tríplice para seleção de integrantes das agências, dizendo que o Congresso queria retirar seu poderes de decidir sobre a direção das agências. "Se isso aí se transformar em lei, todas

as agências serão indicadas por parlamentares, imagine qual o critério que eles vão adotar. Pô, querem me deixar como rainha da Inglaterra?", questionou.

Outro ponto vetado, considerado o mais grave pelos congressistas, foi a previsão de quarentena de pelo menos 12 meses para que indicados estejam afastados de empresas ligadas ao setor. Assim, segundo parlamentares, um dos vícios que se tentou sanar com o projeto permaneceu: nomes recém-saídos das corporações que vão trabalhar nas agências, mas continuam influenciados pelos antigos patrões, que agora deveriam fiscalizar.

De lá para cá, o próprio presidente passou a colecionar entevoros com alguns desses órgãos. As Agências Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) sofreram com críticas do Palácio. O caso mais recente envolveu a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), em razão de uma possível taxaço da energia solar.

Os parlamentares querem aproveitar esse ensejo para voltar à carga. Então relatora no Senado, a senadora Simone Tebet (MDB-MS) diz que a versão do projeto sancionada por Bolsonaro continua a permitir que o lobby do setor seja maior do que o interesse dos consumidores. "Nessa relação assimétrica, a balança está pendendo para o setor. As agências tinham que servir como fiel da balança, mas hoje servem ao lado mais forte, as empresas, e não ao consumidor", disse.

Simone avalia apresentar um novo projeto focado na rediscussão da quarentena para agentes do mercado. "Da mesma forma

que políticos têm que ter quarentena [para trabalhar em empresas], não é possível que diretores sejam demitidos e, em seguida, indicados para essas agências".

O líder do MDB no Senado, Eduardo Braga (AM), disse ao Valor que também avalia apresentar uma proposta que possa coibir o que chamou "ativismo" nesses órgãos. "Há uma confusão entre o papel de regulação do mercado e o de formação de políticas públicas. Confundiram isso e começaram a dar às agências o papel de formuladoras de políticas públicas. Estão usurpando o poder público", argumentou.

Hoje senador pelo PT, Jean Paul Prates (RN) fez parte do grupo de estudos para a implementação das agências reguladoras no Brasil, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Segundo ele, sempre houve dificuldade dos governantes em entender o papel dos órgãos. "Quando a Dilma assumiu o Ministério de Minas e Energia, ela também contestou. Carregava a mentalidade departamental, de que as agências deveriam seguir o que ela dissesse. Depois ela foi se adequando. Bolsonaro é diametralmente oposto e igualmente errado. Ele diz que não pode fazer nada, porque a agência é autônoma, o que também não é correto", aponta.

Prates defende que o governo tem o direito de implementar sua política setorial e uma das formas de fazer isso é através das agências. "Bolsonaro pode sim dizer quais serão as prioridades e direcionar. As agências se submetem ao programa de governo vencedor. E olha que quem está falando é um senador do PT em um governo como o de Bolsonaro", acrescentou.